

“Plano Brady não é camisa de força”

Para o economista Pedro Malan, existem outras maneiras de se aliviar o peso que os pagamentos da dívida podem colocar sobre um país. O Plano Brady, de redução da dívida, por exemplo, é um caminho que o Brasil pretende explorar. “O Plano Brady não é uma camisa de força. Mas o reconhecimento, ainda que tardio, por parte dos governos desenvolvidos, de que existe uma necessidade de redução no estoque da dívida e seu serviço. E, dentro dele, há vários instrumentos que podem ser empregados neste sentido”, diz, sem revelar quais.

O ministro Marcílio, em entrevista ao *The Washington Post*, na edição de sexta-feira, não falou também nos instrumentos de redução, mas tocou em objetivos que o Brasil tentaria alcançar dentro do plano Brady — como o corte em 60% dos juros a serem pagos nos primeiros três anos e de 50% no quarto e quinto anos. Malan diz que estes números estão em estudos e lembra, como aliás o fez o ministro, que nos anos subseqüentes o Brasil talvez possa até a pagar mais.

Uma fonte financeira da capital americana diz que a entrevista de Marcílio ao *Post*, assim como as declarações que Malan começará a fazer à imprensa, têm o intuito não apenas de começar a testar as águas da negociação futura com os banqueiros, mas também a de adotar uma postura que, antes de ser chamada de flexível, deve ser definida acima de tudo como esparta. “Os dois acompanharam muito a experiência da equipe anterior, pela qual têm admiração. E estão empenhados em refinar muitas de suas táticas e posições”, afirma a fonte.

Definições — Marcílio e seu negociador, por exemplo, com estas pequenas mensagens, que inclusive começarão em breve a passar pessoalmente aos banqueiros, quem sobretudo definir os objetivos gerais

brasileiros, para evitar grandes surpresas entre seus interlocutores, que possam descambar no futuro para polémicas inúteis. É como a busca da definição de certos parâmetros. “Ambos não querem reduzir a questão da dívida a um mero problema de superávit comercial. Eles também querem deixar claro que no Brasil, embora 90% da dívida sejam do setor público; quem gera o dinheiro é o setor privado. Portanto, os banqueiros não podem encarar o país como o México ou a Venezuela”, diz a mesma fonte.

No momento, a questão principal na área da dívida externa é finalizar o acordo sobre os atrasados. Se o Senado aprová-lo, ele precisará ainda ser apresentado aos bancos que, apesar de estarem representados, não têm assento no comitê que negocia sua dívida com o Brasil. Este processo dura até o fim do próximo mês. A partir daí, começa a negociação oficial sobre o reescalonamento da dívida. O que não quer dizer que Malan só vai começar a tratar dela a partir de então. Antes pelo contrário.

Ele vai participar de algumas reuniões com banqueiros sobre o acordo dos atrasados e começará a conversar com eles sobre as discussões futuras. Malan também estará fazendo o mesmo tipo de trabalho junto às instituições multilaterais, numa tentativa de testar o caminho e evitar coisas que possam causar problemas de comunicação no futuro com a chamada comunidade financeira internacional. A negociação da dívida será feita paralelamente à negociação sobre um acordo com o Fundo Monetário, garante o economista.

Prazos — Quanto aos prazos para a conclusão de um acordo, Malan prefere evitar tocar neles. “É um erro fixar uma data”, ensina. “Ela só serve para criar falsas expectativas. Mas não

há razão para que não se caminhe rápido em direção a um acordo. Houve ultimamente um grande acúmulo de experiências em relação à negociação da dívida, tanto do lado de governos como do lado de bancos. O processo não tem mais que ser tão demorado”.

Malan sabe que terá pela frente uma tarefa hercúlea, que depende de fatores que não estão diretamente sob seu controle. A economia brasileira é um deles, talvez o mais importante. “Toda a negociação tem uma determinante macroeconômica fundamental: a estabilização da economia do país que discute com os bancos”, diz ele. “Mas eu tenho a mais absoluta confiança na nossa capacidade de organizar nossa desordem e de forma democrática. Já estamos dando prova disso e, se eu não acreditasse no ministro e na sua equipe, não teria aceito o cargo.”

O economista lembra ainda que as negociações são dificultadas por uma conjuntura econômica mundial adversa. “É óbvio que seria mais fácil negociar numa conjuntura mundial em que tivéssemos um comércio em expansão, em que houvesse menos demanda por recursos e o pool de capital disponível fosse maior, e em que os bancos estivessem em melhor situação financeira”, diz Malan. “Mas isto também não deve desanimar ninguém”. Como ele mesmo lembra, há razões suficientes para otimismo.

“Os bancos não emprestam mais dinheiro para equilibrar balança de pagamentos e contas de um governo”, afirma. “Mas eu acho que para um país da importância do Brasil, os bancos continuam dispostos a investir em linhas de crédito para o comércio exterior, ou em projetos específicos. O fluxo do investimento internacional não está paralisado e este ambiente também ajuda a renegociação da dívida.”